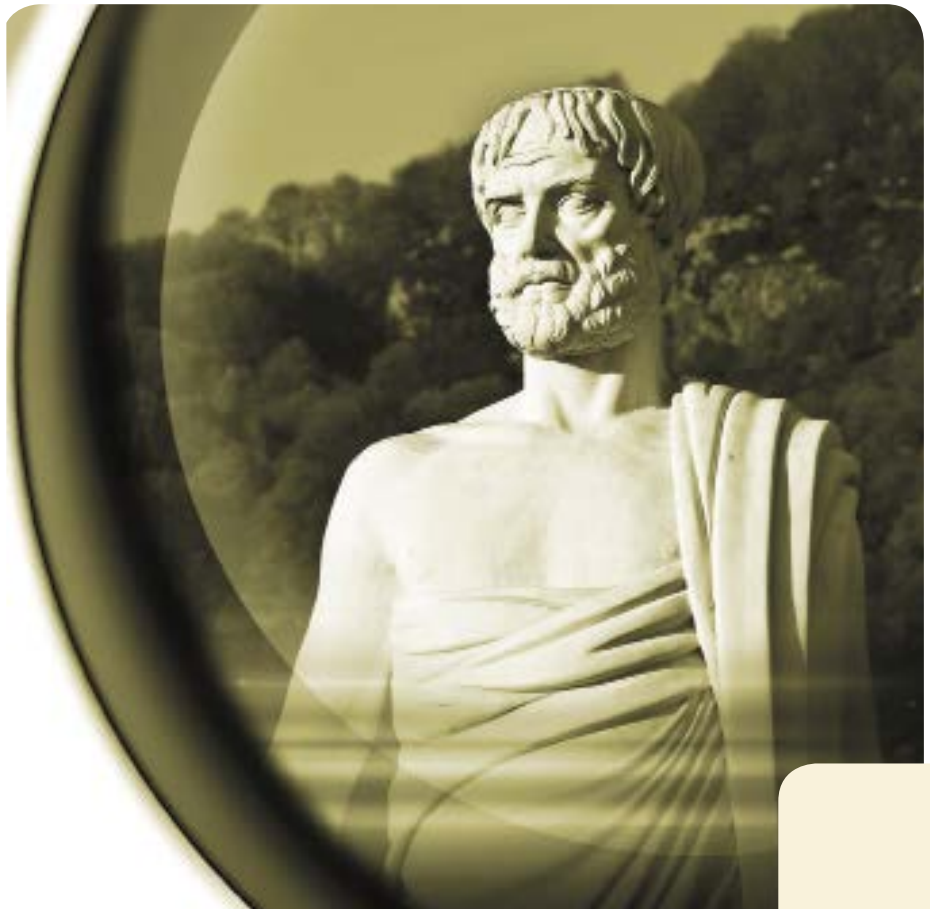


Maíra Moraes Cardoso Leal
Rita de Cássia de Andrade Silva

Ética e Cidadania



Ética e Cidadania

Maíra Moraes Cardoso Leal
Rita de Cássia de Andrade Silva

Ética e Cidadania



itb INSTITUTO
TECNOLÓGICO
BRASILEIRO

Natal/RN
2014

presidente
PROF. PAULO DE PAULA

diretor geral
PROF. EDUARDO BENEVIDES

diretora acadêmica
PROFA. LEIDEANA BACURAU

diretora de produção de projeto
PROFA. JUREMA DANTAS

FICHA TÉCNICA

gestão de produção de materiais didáticos
PROFA. LEIDEANA BACURAU

coordenação de design instrucional
PROFA. ANDRÉA CÉSAR PEDROSA

projeto gráfico
ADAUTO HARLEY SILVA

diagramação
MAURIFRAN GALVÃO

revisão de língua portuguesa
SÍLVIA BARBALHO BRITO

revisão das normas da ABNT
HEVERTON THIAGO LUIZ DA SILVA
LUÍS CAVALCANTE FONSECA JÚNIOR

ilustração
RAFAEL EUFRÁSIO DE OLIVEIRA

Catálogo da Publicação na Fonte (CIP).

Ficha Catalográfica elaborada por Luís Cavalcante Fonseca Júnior - CRB 15/726.

S586e Silva, Rita de Cássia de Andrade Silva.
Ética e cidadania / Rita de Cássia de Andrade Silva,
Maíra Moraes Cardoso Leal ; edição e revisão do Instituto
Tecnológico Brasileiro (ITB). – Natal, RN : 2014.
70 p. : il. color.

ISBN 978-85-68100-19-6
Inclui referências

1. Ética e cidadania. 2. Conduta profissional. 3. Direito de
cidadania. I. Instituto Tecnológico Brasileiro. II. Título.

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”.

(Eduardo Galeano)

Índice iconográfico



Atividade



Vocabulário



Importante



Mídias



Curiosidade



Querendo mais



Você conhece?



Internet



Diálogos

O material didático do Sistema de Aprendizado **itb** propõe ao aluno uma linguagem objetiva, simples e interativa. Deseja “conversar” diretamente, dialogar e interagir, garantir o suporte para o estudante percorrer os passos necessários a sua aprendizagem. Os ícones são disponibilizados como ferramentas de apoio que direcionam o foco, identificando o tipo de atividade ou material de estudo. Observe-os na descrição a seguir:

Curiosidade – Texto para além da aula, explorando um assunto abordado. São pitadas de conhecimento a mais que o professor pode proporcionar ao aluno.

Importante – Destaque dado a uma parte do conteúdo ou a um conceito estudado, que seja considerado muito relevante.

Querendo mais – Indicação de uma leitura fora do material de estudo. Vem ao final da competência, antes do resumo.

Vocabulário – Texto explicativo, normalmente curto, sobre novos termos que são apresentados no decorrer do estudo.

Você conhece? – Foto e biografia de uma personalidade conhecida pelas suas obras relacionadas ao objeto de estudo.

Atividade – Resumo do conteúdo praticado na competência em forma de exercício. Pode ser apresentado ao final ou ao longo do texto.

Mídias – Contém material de estudo auxiliar e sugestões de filmes, entrevistas, artigos, *podcast* e outros, podendo ser de diversas mídias: vídeo, áudio, texto, nuvem.

Internet – Citação de conteúdo exibido na Internet: *sites*, *blogs*, redes sociais.

Diálogos – Convite para discussão de assunto pelo *chat* do ambiente virtual ou redes sociais.



Sumário

Apresentação institucional	09
Palavra do professor autor	11
Apresentação das competências	13

Competência 01

Identificar a ética e a cidadania: origem e principais ideias	17
Conhecendo sobre ética	21
A ética como código de conduta	27
Resumo	27
Autoavaliação	28

Competência 02

Aplicar a ética no ambiente profissional	33
A ética aplicada aos negócios e às relações de trabalho	34
Ética profissional no ambiente de trabalho	36
Aplicações práticas da ética profissional	40
Resumo	42
Autoavaliação	42

Competência 03

Identificar a responsabilidade socioambiental das empresas	47
O que é e como surgiram as empresas?	47
Ética empresarial e responsabilidade social	50

Identificar a ética profissional e empresarial na web	53
Resumo	55
Autoavaliação	55

Competência 04

Reconhecer a ética dos direitos humanos e a ideia de cidadania	59
O que são os direitos humanos?	60
A Constituição Federal de 1988: uma Constituição cidadã	63
O que é cidadania?	66
Resumo	67
Autoavaliação	67
Referências	69
Conheça o autor	72



Apresentação institucional

O Instituto Tecnológico Brasileiro (**itb**) foi construído a partir do sonho de educadores e empreendedores reconhecidos no cenário educacional pelas suas contribuições no desenvolvimento econômico e social dos Estados em que atuaram, em prol de uma educação de qualidade nos níveis básico e superior, nas modalidades presencial e a distância.

Esta experiência volta-se para a educação profissional, sensível ao cenário de desenvolvimento econômico nacional, que necessita de pessoas devidamente qualificadas para ocuparem vagas de trabalho e garantirem suporte ao contínuo crescimento do setor produtivo da nação.

O Sistema **itb** de Aprendizado Profissional privilegia o desenvolvimento do estudante a partir de competências profissionais requeridas pelo mundo do trabalho. Está direcionado a você, interessado na construção de uma formação técnica que lhe proporcione rapidamente concorrer aos crescentes postos de trabalho.

No Sistema **itb** de Aprendizado Profissional o estudante encontra uma linguagem clara e objetiva, presente no livro didático, nos slides de aula, no Ambiente Virtual de Aprendizagem e nas videoaulas. Neste material didático, um verdadeiro diálogo estimula a leitura, o projeto gráfico permite um estudo com leveza e a iconografia utilizada lembra as modernas comunicações das redes sociais, tão acessadas nos dias atuais.

O **itb** pretende estar com você neste novo percurso de qualificação profissional, contribuindo decisivamente para a ampliação de sua empregabilidade. Por fim, navegue no Sistema **itb**: um estudo prazeroso, prático, interativo e eficiente o conduzirá a um posicionamento profissional diferenciado, permitindo-lhe uma atuação cidadã que contribua para o seu desenvolvimento pessoal e do seu país.



Palavra do professor autor

Olá!

Estamos iniciando o nosso estudo sobre Ética e Cidadania, no qual vamos aprender e desenvolver habilidades para um comportamento ético e cidadão, em particular na vida profissional.

A cada dia, a sociedade e o mercado de trabalho exigem que os profissionais possuam muito mais do que boa qualificação técnica. Eles precisam saber lidar com os dilemas éticos do cotidiano e comportar-se de forma justa, solidária, honesta e responsável em relação ao trabalho que executem, aos clientes, aos chefes e aos colegas de trabalho. Assim, este livro tem a finalidade de apresentar algumas noções básicas sobre os fundamentos da ética e da cidadania e servirá de guia para o seu estudo. Este, para ter sucesso, exige disciplina e estabelecimento de uma rotina. Para um bom aprendizado, além do conteúdo que trabalharemos aqui (disponibilizado na forma de texto), você deverá executar as atividades pedidas em cada competência, realizar as pesquisas e visitar os *links* sugeridos, assistir aos vídeos indicados, participar dos fóruns e *chats* de discussão, ou seja, envolver-se ativamente, aproveitando ao máximo a nossa experiência. Mergulhar no universo da ética e da cidadania é uma oportunidade para você ampliar seus horizontes e sua visão de mundo, rever seu comportamento e incorporar novas virtudes, tornando-se assim um cidadão e profissional mais completo e atuante, na vida e no trabalho. Estamos juntos nesse desafio. Boas leituras e vamos conversando...



Apresentação das competências

Neste estudo sobre Ética e Cidadania, vamos trabalhar as competências necessárias para que você possa desenvolver habilidades para uma prática profissional ética e uma postura cidadã. Vamos começar?

Na primeira competência, faremos com você um breve passeio contextualizando o surgimento e principais fundamentos da ética e da ideia de cidadania: como e onde surgiram, quais os principais valores e conceitos que desenvolveram e seus autores mais importantes.

No segundo momento da nossa jornada, vamos tratar de ética aplicada, aquela que se dedica a orientar a conduta das pessoas em contextos determinados, no nosso caso o mundo do trabalho e das empresas. Logo, abordaremos a ética empresarial e a ética profissional.

Vamos definir como os valores éticos são adotados por organizações públicas e privadas na terceira competência. Assim, trataremos de uma ética aplicada as empresas e suas competências para a realização de suas atividades.

E, por último, estaremos percorrendo o trajeto da evolução dos direitos humanos e como ele se concretiza na forma de direitos de cidadania.

Este conjunto de saberes possibilitará a você condições para desenvolver uma conduta profissional ética, vivenciando com responsabilidade nossos direitos e deveres como cidadão e como profissional.



Competência 01

Identificar a ética e a cidadania:
origem e principais ideias

Identificar a ética e a cidadania:

origem e principais ideias

Hoje, fala-se muito em ética e em cidadania. Na TV, no rádio, nos bate-papos entre amigos, nos discursos dos políticos. Mas, o que é ética para você? E cidadania? Você saberia dizer o que é ser cidadão ou cidadã? Para auxiliá-lo nessa reflexão, que tal conhecermos o Mito da Caverna?

“[...] conta a história de um grupo de pessoas que habita o interior de uma gruta. Desde que elas nasceram, estão sentadas de costas para a entrada da caverna, com as mãos e os pés atados, de modo que só podem ver a parede do fundo da caverna. Na direção contrária, encontra-se uma abertura, pela qual entra a luz do sol durante o dia e a iluminação proveniente de uma fogueira durante a noite. Dessa forma, as únicas coisas que essas pessoas enxergam são elas mesmas e as sombras, que podem ser vistas na parede do fundo da caverna. Certo dia, porém, uma pessoa consegue escapar, podendo assim observar a realidade do mundo exterior. Sente o perfume de uma flor, vê a luz do sol refletida na superfície de um lago, o voo de um pássaro e a magnitude de árvores frondosas. Percebe, então, que pode viver sua vida de forma excepcionalmente melhor e decide explorar aquele novo meio. Não obstante, lembra-se de seus companheiros e resolve voltar para libertá-los. Retorna para tentar convencer os demais de que as sombras da caverna não passam de reflexos bruxuleantes das coisas “reais”. Mas ninguém acredita nele. Para os “cavernosos”, o único mundo existente é o composto pelas sombras na caverna (AGUIAR, 2003, p. 41).

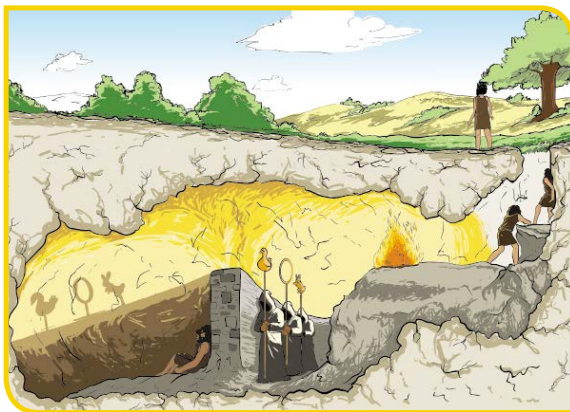


Figura 01 – Mito da Caverna ou Alegoria da Caverna
Fonte: Oliveira (2014).

O Mito da Caverna é uma história contada pelo filósofo grego Platão, no Livro VII da obra *A República*, em que ele imagina um diálogo entre seu antigo mestre Sócrates e Glauco, e que fala sobre a busca da Filosofia pela verdade e pelo conhecimento profundo da realidade. E você? O que conseguiu aprender com essa história?



Mídias

Assista ao documentário “A vida examinada: Sócrates – Parte 1 de 3” no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=SEHXLZofNOE>>.

O professor e filósofo Emerson Barros de Aguiar (2003) diz que a atitude de filosofar está dentro de cada um de nós. Ela é uma possibilidade humana universal, existente em todas as culturas e tradições. O Mito da Caverna nos ajuda a entender como pensa um filósofo e, mais ainda, como devem pensar todas as pessoas, buscando se esclarecer, para compreender melhor o mundo, não ficando no mundo das sombras.



Atividade 01

Releia o Mito da Caverna e responda as seguintes perguntas:

- 1) Que personagem é o filósofo nessa história?
- 2) O que ele encontrou e descobriu?
- 3) Qual é a lição que você aprendeu com o Mito da Caverna?
- 4) Você já viveu ou assistiu na vida real alguma situação semelhante a que foi narrada por Platão?

Compartilhe suas respostas em nosso Ambiente Virtual!

O ato de filosofar também se reflete quando se está atuando profissionalmente. Eu sou daquele tipo de empregado que permanece no “seu canto”, fazendo o “seu serviço”, do jeito que foi ensinado e toda vez que alguma coisa dá errado fica parado esperando que o chefe venha dizer o que deve ser feito? Ou eu sou do tipo de profissional que está sempre buscando e pesquisando uma forma melhor de realizar meu trabalho? Uma maneira mais

econômica, que seja ambientalmente sustentável, que gere um produto melhor, que economize minha própria energia e tempo?

A ética é a arte do “bem viver”, da busca da felicidade, da virtude, da sabedoria e da justiça. Ao mesmo tempo em que é uma prática, relacionada aos costumes, aos modos de viver, é também um campo de estudo da Filosofia.

Uma pessoa que aprende a agir eticamente na vida também agirá eticamente nas situações profissionais. Para entender como alguns valores passaram a fazer parte da ética adotada por várias profissões, e dos fundamentos para um agir cidadão, vamos começar conhecendo um pouco do terreno onde as concepções e a ciência da ética estão situadas, ou seja, o terreno da Filosofia, que é “a busca do conhecimento pela via racional” (AGUIAR, 2003, p. 20).

Os seres humanos desenvolveram a capacidade de agir e pensar racionalmente e essa faculdade permitiu um grande avanço do conhecimento científico e técnico produzido pela humanidade.

Em todas as partes do mundo, principalmente no Oriente, desde tempos muito remotos, temos registros de que diversos povos e culturas já demonstravam uma forma de pensar racional e científica. Eles possuíam conhecimentos avançados de Matemática, Geometria, Engenharia, sistemas de linguagem elaborados e de escrita.

A Ciência e a Filosofia não têm suas origens exclusivamente na Grécia Antiga, como muitos autores **eurocêntricos** insistem em afirmar. Elas são um patrimônio construído por toda a humanidade.

Bem antes do surgimento da Filosofia na Grécia Antiga, encontram-se registros de que os povos da Índia, China, Persia e Egito já filosofavam. Eles demonstravam: a) possuir pensamento abstrato e contemplativo; b) orientar-se por regras; c) realizar investigação metódica da realidade das coisas e; d) examinar racionalmente os problemas. Ou seja, eles já desenvolviam um pensamento filosófico.

Existem registros de que alguns filósofos gregos, como Pitágoras (VI-V a.C.), Tales de Mileto (VI a.C.) e Sólon de Atenas (640-558 a.C.) visitaram essas culturas e puderam conhecer os saberes e doutrinas desses povos.



Eurocêntrico: todo o pensamento que parte da Europa como centro do mundo. Isso, no entanto, pode criar uma barreira para outros pensamentos e culturas não europeias.



Você conhece?

Pitágoras foi matemático, filósofo, astrônomo, músico e místico grego. Ele nasceu na ilha de Samos (atual Grécia). Não se sabe ao certo quando nasceu e morreu Pitágoras, mas calcula-se que viveu uma longa vida (entre 80 a 100 anos) entre a primeira metade do século VI a.C. e o início do século V a. C. [...] Ao longo da sua vida, Pitágoras viajou por vários países, tendo aprendido muitos conhecimentos matemáticos com os egípcios e os babilônios. Entre outros, dois filósofos com que Pitágoras estudou e que influenciaram as suas ideias matemáticas foram Tales de Mileto e o seu pupilo Anaximander.

Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/icm/icm2001/icm23/biografia-pitagoras.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2014

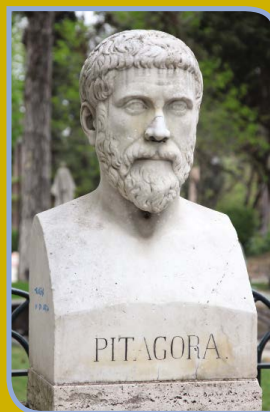


Figura 02 – Pitágoras

Fonte: <<http://www.shutterstock.com/pt/pic-175124336/stock-photo-rome-italy-bust-statue-of-pythagoras-famous-philosopher-mathematician-and-scientist-sculpture.html>>. Acesso em: 07 ago. 2014.

Também aqui, na nossa América Latina, encontramos povos e culturas altamente desenvolvidas. É o caso da recente descoberta de um sítio arqueológico nos arredores da cidade de Lima, no Peru, com mais de 4.500 anos, demonstrando de que ali viveu uma civilização bastante desenvolvida.

O Complexo Arqueológico de El Paraíso, distante uma hora de Lima, no município San Martín de Porres, está em área de expansão da especulação imobiliária. Descoberto na década de 1950, o sítio arqueológico permaneceu no abandono até dezembro de 2012, quando se iniciou o projeto implantado pelo Ministério da Cultura. Ali havia 12

pirâmides registradas. A principal foi quase totalmente restaurada por Frédéric Engel, arqueólogo suíço, entre 1965 a 1966. Em janeiro desse ano [2013], o setor de escavações do Ministério da Cultura peruano descobriu uma evidência de que El Paraíso é tão antigo como as pirâmides do Egito ou a civilização Mesopotâmica. Ali seria um dos berços da civilização no nosso continente latino-americano, com entre 4.500 e 4.800 anos de antiguidade. A prova de que muito antes dos espanhóis, da Igreja e até de Cristo, Lima já era uma grande capital (Disponível em: <<http://www.apublica.org/2013/08/el-paraiso/>>. Acesso em: 30 mar. 2014).



Figura 03 – A pirâmide central do Complexo de El Paraíso, Lima/Peru

Fonte: <<http://imagens1.publico.pt/imagens.aspx/781891?tp=UH&db=IMAGENS>>. Acesso em: 07 ago. 2014.

Todavia, vale salientar que a humanidade não utilizou a razão apenas para inventar ferramentas e instrumentos que pudessem melhorar as condições materiais, a segurança e o conforto para a vida. Ela gerou também as artes, como a literatura, a pintura, a escultura, o teatro, a dança, a música, pois o belo sempre encantou as pessoas.

Além disso, a razão desenvolveu ainda saberes para orientar o “bem viver”, a busca da verdade e de uma maior consciência da realidade, da sabedoria e da felicidade humana. Sendo assim, a humanidade tem procurado evoluir não apenas na técnica e no conhecimento científico, mas também para alcançar a virtude, para “a boa vida” e principalmente para conviver e amar. E é nesse terreno da Filosofia onde se situa a ética.

Conhecendo sobre ética

A ética faz parte do ramo da Filosofia que estuda os assuntos da moral humana, que orienta nossas ações no mundo em relação a outras pessoas e à natureza. Assim, ela é chamada também de Filosofia Moral, e procura fundamentar orientações sobre a melhor maneira de conduzir a vida, tendo como finalidade a felicidade humana.



Moral: vem do latim *mores*, e também significava “costume” ou “modo de ser”.

Logo, a ética é a ciência que estuda os princípios e valores que orientam a melhor forma de agir das pessoas, a qual deve ser dirigida pela razão (AGUIAR, 2003). Conhecer sobre a ética pode nos ajudar a viver com mais consciência sobre quais são as nossas possibilidades para atingir a felicidade e as nossas responsabilidades em promover a felicidade das outras pessoas.

A palavra ética vem do grego *ethos*, que se refere a costumes. Mas não é qualquer costume ou comportamento que está relacionado à ética, mas aqueles costumes que são orientados por valores, conforme dizia o filósofo grego Aristóteles (DALLARI, 2003).

O que são valores? No nosso dia a dia o conceito de “valor” remete, muitas vezes, ao preço das coisas. Porém, expressões informalmente utilizadas como “dou muito valor a ele” já expressam a ideia de que “valor”, nesse contexto, pode estar mais próximo ao conceito de “importância”. No caso da ética, os valores remetem a ideia de que uma pessoa emite um juízo, ou seja, ela pensa e dá valor, em escala de importância a uma coisa. No topo da escada dos “valores”, estão os chamados “universais”, que nunca mudam. Entre todos estes, desde Aristóteles, a verdade tem sido considerada o maior dos valores.

Ética também se relaciona à moral, que é o conjunto de crenças e regras de conduta de cada sociedade ou grupo humano. Não é igual para todas as sociedades, nem em todos os tempos. Ela é institucional, pois é definida por algum segmento da sociedade, alguma organização. É o caso da **moral** cristã, que foi instituída pelas religiões cristãs.



Importante

Nos estudos da Filosofia, podemos dizer que a moral orienta para responder a pergunta “o que devemos fazer?”, e a ideia de ética responde a pergunta “por que devemos fazer?” (CORTINA; MARTINEZ, 2005).

A ciência da ética, como todo conhecimento humano, foi sendo construída ao longo da história. Por tanto, ela não é neutra, não é única, nem universal, pois é construída por pessoas que têm seus próprios costumes, tradições e valores determinados pelo tempo e lugar

em que vivem ou viveram. Sendo assim, a ética é influenciada cultural e socialmente pela história, pelas religiões, pelos costumes e tradições de cada povo e dos seus antepassados.

A maioria das concepções de ética é fundada com objetivo de se alcançar a felicidade humana, como o bem supremo. Porém, os caminhos para se chegar a essa felicidade variam de pessoa para pessoa.

Que tal realizarmos um breve passeio por algumas das concepções de ética que mais influenciam as condutas humanas no Ocidente? Vamos lá?

Na concepção ética de Sócrates, filósofo grego, o caminho para a felicidade humana estava na busca pela verdade. Segundo Aguiar, Sócrates considerava que todo esforço humano deveria ser dirigido para a busca do bem, do verdadeiro e do belo, não apenas para um indivíduo, mas para todas as pessoas. Na Filosofia socrática, a essência de todo ser humano é a bondade; o egoísmo nada mais seria do que uma forma de ignorância: “ninguém pode ser feliz sem fazer os outros felizes. Mas só o indivíduo ético sabe disso” (AGUIAR, 2003, p. 64).

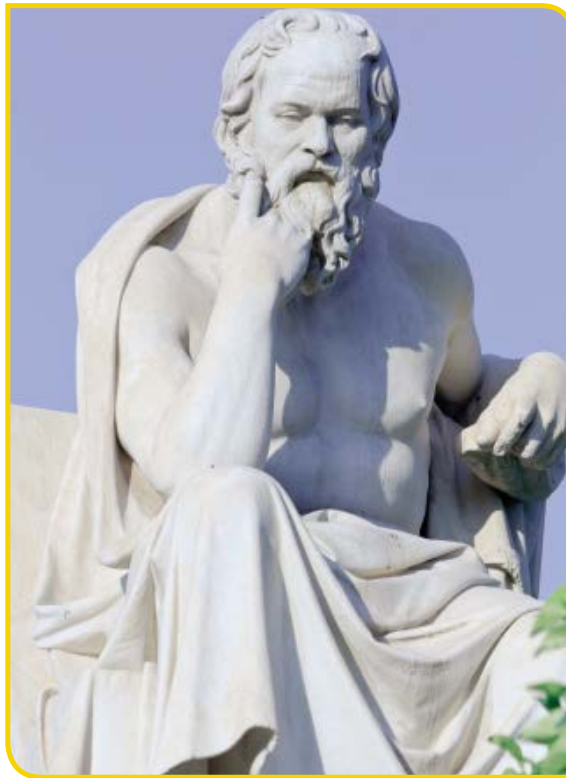


Figura 04 – Sócrates. Filósofo de origem ateniense, nascido em 469-399 a.C.

Fonte: <<http://www.shutterstock.com/pt/pic-58444510/stock-photo-socrates-statue-in-thinking-position.html>>.

Acesso em: 07 ago. 2014.



Ética estoíca: fundada em Atenas, por volta de 300 a.C., por Zenão de Cício (336-246 a. C.), um pensador de origem fenícia, oriundo da ilha de Chipre.

Para a **ética estoíca**, a felicidade, enquanto o “fim supremo” e o maior bem do ser humano, estaria em este alcançar a virtude. As maiores virtudes eram a sabedoria, o valor a justiça e a temperança (AGUIAR, 2003, p. 87).



Importante

Virtude é a plena compreensão e distinção do que é verdade ou mentira, certo ou errado, aplicados a toda as atividades comuns dos homens.

Também Aristóteles considerava a felicidade o bem supremo. Este bem estaria ligado às escolhas que fazemos, que devem ser racionais e orientadas também pela virtude. Essas virtudes não nascem em nós, são adquiridas e aperfeiçoadas pela prática, pelo nosso próprio esforço e devem ser esclarecidas pelo conhecimento. A maior das virtudes é portanto a sabedoria.

Nenhuma virtude é natural. Logo, é preciso tornar-se virtuoso. As coisas, que é preciso ter aprendido para fazê-las, é fazendo que as aprendemos. Praticando ações justas, nós nos tornamos justos; praticando ações moderadas, nós nos tornamos moderados; praticando ações corajosas, nós nos tornamos corajosos (ARISTÓTELES apud NODARI, 1997, p. 25).

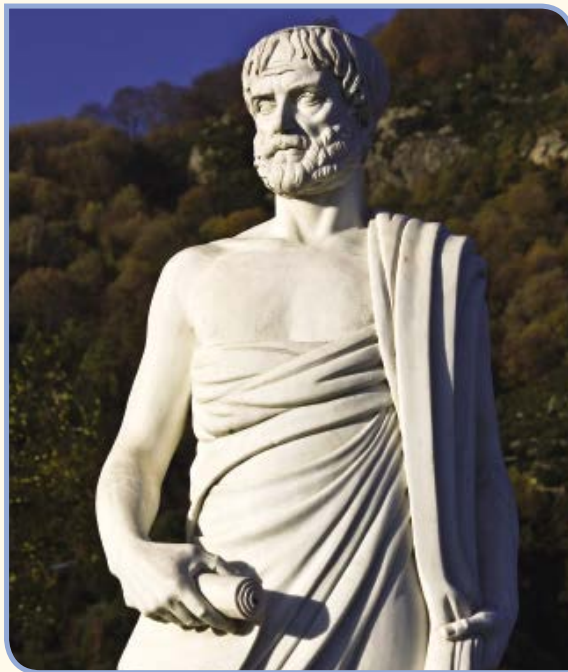


Figura 05 – Aristóteles

Fonte: <<http://www.shutterstock.com/pt/pic-40849354/stock-photo-aristotle-statue-located-at-stageira-of-greece-birthplace-of-the-philosopher.html>>. Acesso em: 07 ago. 2014.

É preciso saber também que algumas das virtudes mais valiosas para Aristóteles, além da sabedoria, são a justiça, a moderação e a coragem. A “virtude ética” para Aristóteles seria, portanto, seguir o caminho do meio, “a justa medida que a razão impõe aos sentimentos, ações ou atitudes, que sem o controle da razão, tenderiam para outro excesso” (NODARI, 1997, p. 28). Esse “justo meio” é determinado pela prudência (equilíbrio entre o excesso e a falta), uma forma de “sabedoria prática” e que é o princípio de toda decisão.

Já as éticas materialistas, desenvolvidas nos séculos XIX e XX, se baseiam não na essência do ser humano, naquilo que está dentro dele (a bondade, por exemplo), mas na reflexão sobre as condições materiais para a própria existência dos seres humanos no mundo. Imaginaram o “vir a ser” de uma sociedade sem explorados nem exploradores. Emerson Barros de Aguiar fala ainda que Sartre, filósofo francês, dizia que: “enquanto um só ser humano for agredido ou injustiçado em qualquer parte do mundo é toda a humanidade que está sendo violentada nele” (AGUIAR, 2003, p. 62). Essas concepções se fundam em uma ideia de justiça.



Querendo mais

Saiba mais sobre o filósofo francês Jean-Paul Sartre no link: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/jean-paul-sartre.jhtm>>.

Outra teoria ética que exerce influência, até os dias de hoje, sobre os juízos de valor das pessoas é a ética utilitarista, desenvolvida nos séculos XVIII e XIX, pelos pensadores ingleses Jeremy Bentham e Stuart Mill. Esta ética se baseia na ideia de utilidade, que significa gerar o maior bem possível para o maior número de pessoas. Sendo assim, as decisões que forem tomadas devem ser aquelas que possam gerar a maior “utilidade social”.

A ética utilitarista orienta o julgamento “do que fazer” pela reflexão sobre as possíveis consequências que as decisões possam gerar. Ela admite a possibilidade de que, para gerar um bem para um grande número de pessoas, se justifica um malefício para algumas pessoas. O ditado popular “os fins justificam os meios” é fundado numa ética utilitarista.

Foi com base nessa ética, por exemplo, que os Estados Unidos justificou o uso da bomba atômica nas cidades japonesas de Nagasaki e Hiroshima, na Segunda Guerra Mundial. Eles julgaram aceitável o uso desse último recurso como meio para acabar com a guerra inteira, evitando assim a morte de mais soldados americanos. Um julgamento tipicamente

utilitarista. O historiador Eric Hobsbawm diz o seguinte: “A longo prazo, os governos democráticos não resistiram à tentação de salvar as vidas de seus cidadãos, tratando as [vidas] dos países inimigos como totalmente descartáveis. O lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki, em 1945, não foi justificado como indispensável para a vitória, então absolutamente certa, mas como um meio de salvar vidas de soldados americanos”. (HOBISBAWM, 1995, p. 34-35).

A ética utilitarista é muito utilizada no mundo dos negócios, que, definindo a lucratividade e a preservação das empresas como “bem maior”, valem-se dela para justificar atitudes que geram prejuízos ou sacrifícios para os funcionários ou para o meio ambiente. Porém, atualmente, a sociedade tem questionado o uso dessa ética, e ela começa perder validade.

O filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) defendia a ideia de uma ética baseada em princípios universais, que se apresentariam como um dever, uma obrigação moral, um “imperativo categórico”. Essa ética se apoia na igualdade fundamental existente entre todos os seres humanos.



Importante

Kant dizia que “age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne universal” (KANT, 2004, p. 26). Ou seja: só faça aquilo que você gostaria que as outras pessoas fizessem com você!

Kant defendia ainda que a ação moral deveria ser guiada não por uma ética originada dos costumes, leis ou tradições, que estão do lado de fora dos seres humanos, mas por uma noção de um dever moral que seria a instrução do modo de ser (racional) que nos tornaria dignos da felicidade. Segundo este filósofo, a felicidade não era o fim a ser atingido, como pensava Aristóteles, mas a consequência da moralidade, do cumprimento do dever. O “bem maior”, para Kant, não era a felicidade, mas o dever.

O filósofo alemão defendia ainda que o “valor absoluto” a ser garantido e preservado estava no próprio ser humano: “seres humanos não têm preço, mas dignidade, porque não podem ser trocados por algo equivalente” (CORTINA; MARTINEZ, 2005, p. 73).

A filosofia kantiana tem, portanto, uma concepção inversa a da ética utilitarista, pois, para Kant, não se justificaria a perda ou o sacrifício da vida de nenhum ser humano em nome da salvação de todos os outros, pois a vida de cada ser humano individualmente tem igual valor a de qualquer outro.



Atividade 02

E como aplicamos a ética na prática? Vamos tentar identificar algumas situações reais? Procure na Internet ou em jornais e revistas alguma situação que você consiga reconhecer que esta foi orientada por uma das teorias éticas que já conhecemos. Escreva seu comentário e compartilhe em nosso fórum!

A ética como código de conduta

Aqui se inserem todas as condutas sugeridas nos textos sagrados das religiões ou nas doutrinas moralistas. Os Dez Mandamentos, presente no Velho Testamento da Bíblia Cristã, e o Sermão da Montanha são exemplos desses códigos.

Os códigos, normas ou roteiros orientadores da ação moral são construções sociais. Elas se baseiam naquilo que já deve estar presente na consciência humana, que já é aceito como um valor pelas pessoas e que deve existir dentro de cada indivíduo. “É o indivíduo que escolhe, solitária e interiormente, a linha de ação que pretende seguir. [...] O mundo será sempre o espelho da escolha moral que cada um faz” (AGUIAR, 2003, p. 69).

Além disso, “a ética é uma afirmação das ações e não das palavras. Ela é uma possibilidade humana: a de reconhecer o outro como alguém importante e de, ao mesmo tempo, reconhecer-se nele” (AGUIAR, 2003, p. 76). É dar valor as outras pessoas e reconhecê-las como um semelhante, com defeitos e qualidades, como nós.

Resumo

Nesta competência, observamos que a ética surge como parte fundamental do pensamento filosófico desde os pensadores gregos. A exemplo do Mito da Caverna, a Filosofia é uma ferramenta para perceber e interpretar os fenômenos e o mundo a nossa volta. A ética é a parte da Filosofia que lida com os problemas do nosso mundo, da nossa vida em sociedade. Por isso, conhecer bem a ética e a Filosofia é fundamental para qualquer profissional e cidadão. É a partir dos valores e das virtudes éticas que vamos construir a prática ética da cidadania. Na ética, conceitos como valores, virtudes e o “bem comum” nos orientam para uma convivência social mais positiva e também mais justa, não apenas conosco, mas com as outras pessoas e também com o meio ambiente.

Autoavaliação

1. Quem foi o autor do “Mito da Caverna”?

- a) Os homens das cavernas;
- b) Eurípedes;
- c) Aristóteles;
- d) Platão.

2. A “busca do conhecimento pela via racional” é a...?

- a) Ética;
- b) Ciência;
- c) Racionalidade;
- d) Escola.

3. Entre as opções assinaladas abaixo, quais não são características do pensamento filosófico?

- a) Orientado por regras;
- b) Exame racional da realidade;
- c) Marcado pela irracionalidade;
- d) Pensamento abstrato.

4. Qual desses é o outro nome dado à ética?

- a) Filosofia Especulativa;
- b) Filosofia Moral;
- c) Filosofia Contemplativa;
- d) Filosofia da Mente.

5. Quais foram os filósofos fundadores da “ética utilitarista”?

- a) Platão e Aristóteles;
- b) Marx e Engels;
- c) Leibniz e Kant;
- d) Mill e Bentham.



Competência 02

Aplicar a ética
no ambiente profissional

Aplicar a ética

no ambiente profissional

Os valores éticos podem ser importantes em todos os campos de ação da vida humana em sociedade. O mundo do trabalho, onde o profissional se inscreve, no entanto, é extremamente complexo: a tomada de decisão não pode ser feita unicamente a partir da premissa daquilo que é certo e aquilo que é errado. Muitas vezes, um profissional pode se deparar com desafios maiores do que essa **dicotomia**, como vemos no exemplo abaixo:



Dicotomia: trata-se da divisão de um conceito em dois elementos, que assim se estabelecem como contrários.

Maria começou em um novo emprego. Ela é assistente de estoque em uma livraria dentro de um shopping center. Em um mês, a gerente da loja resolveu contratá-la para trabalhar com carteira assinada. Pouco tempo depois, Maria começa a perceber que os números do estoque não estão sendo controlados corretamente. Quando menciona o fato para seu superior imediato, ele lhe diz que ela não deve comentar o assunto com o patrão, porque as coisas são “assim mesmo” e que ela deveria permanecer calada. Maria viu-se, então, em uma situação pouco confortável, quando percebeu algo errado acontecendo, reportou ao seu superior imediato e ele lhe sugeriu que fizesse “vista grossa” para o que estava acontecendo. Maria resolveu se calar. Pouco mais de uma semana depois, o patrão descobriu. Agora, outra funcionária está sendo acusada de omitir os problemas do patrão, e seu emprego está em jogo.

O que fazer nesse caso? Qual a atitude que um profissional pode tomar diante desse dilema? Em quaisquer situações profissionais, para nos ajudar na realização da ação mais correta, é necessário aplicar os valores da ética.

Nesta competência, vamos conhecer um pouco sobre a ética profissional e das empresas, que são modalidades da ética aplicada, um tipo de ética que trata das atividades sociais e coletivas. Elas dizem respeito às formas e especificidades de como devemos nos comportar nas relações sociais de trabalho ou de consumo, que envolvem trabalhadores, empresários, fornecedores e consumidores.

Os campos dos negócios e do trabalho são setores específicos na sociedade, no qual o

indivíduo deve seguir uma série de princípios, para que o seu trabalho possa ser empregado de maneira mais positiva, correta e produtiva dentro da empresa. As empresas também estão inseridas na sociedade e possuem deveres sociais próprios. Por isso, devem respeitar os fundamentos éticos universais e os princípios morais estabelecidos em cada lugar.

Vamos investigar como tais princípios e valores ajudam a melhorar as relações de trabalho e como esses podem contribuir para que as empresas desenvolvam uma atuação mais responsável com a sociedade e o meio ambiente.



Importante

Em um mundo cada vez mais complexo, os princípios éticos nos ajudam a transitar e agir de forma correta e justa em diversas relações sociais. Eles são princípios norteadores daquilo que devemos ou não fazer, que devemos ou não dizer. Formas desumanas de trabalho, crimes ecológicos e práticas de apoio a governos totalitários ou corruptos são atitudes das empresas que ferem a ética.

Vamos primeiro falar da ética profissional, que diz respeito à atuação profissional dentro da empresa. O que se espera é que você perceba o impacto e a importância de uma atuação no trabalho orientada por princípios éticos e por valores morais.

A busca pela felicidade e os conceitos de verdade e de justiça (que já conhecemos por meio da competência anterior) continuam sendo os norteadores da nossa imersão na vida profissional. Afinal, esses valores são humanos e, por essa mesma razão, são inerentes a nossa vida profissional.

A ética aplicada aos negócios e às relações de trabalho

Segundo os filósofos espanhóis Adela Cortina e Emílio Martínez (2005), a ética não tem a tarefa de apenas gerar o esclarecimento e a fundamentação do que é a moralidade, mas também de orientar a sua aplicação nas diferentes áreas da vida das pessoas. Ou seja, ela tem a finalidade de verificar como os princípios ajudam a orientar, para o bem e para a justiça, os diferentes tipos de atividades profissionais e de negócios, considerando a especificidade de cada atividade, suas exigências morais e seus valores próprios.

Além de reconhecer as especificidades da moral e dos valores de cada campo, é preciso que se supere a perspectiva da ética individual, pois “a boa vontade pessoal pode ter consequências ruins para a coletividade” (CORTINA; MARTINEZ, 2005, p. 27-28).

Como isso ocorre na prática?

Nas situações concretas da vida profissional e dos negócios, é necessário assumir uma perspectiva coletiva e, a partir dela, refletir sobre as práticas institucionais e organizativas realizadas pelos indivíduos, sejam eles trabalhadores, consumidores ou empresários. Cortina e Martinez (2005) destacam ainda cinco pontos de referência para se desenvolver moralmente uma atividade na sociedade moderna. São eles:

1. Ver quais são as metas sociais que dão um sentido a esse tipo de atividade e que conferem legitimidade social às ações. Por exemplo: o “bem interno” buscado pela atividade do profissional da saúde é a promoção ou recuperação da saúde do paciente;
2. Alcançar os “bens internos” de cada atividade. A busca do lucro, embora tenha legitimidade na sociedade moderna, é um “meio”, não um “fim”. E, se esse meio torna-se um fim, a atividade fica desmoralizada e a empresa ou indivíduo perdem credibilidade;
3. Possuir alguma legitimidade. Qualquer atividade social deve orientar-se pela legislação jurídica vigente. Mas, não se esqueça de que a legalidade não esgota a moralidade porque a legislação é dinâmica, necessitando de interpretação, e porque a legislação nunca consegue submeter uma atividade totalmente a sua jurisdição;
4. Ter como referência também a ética civil ou a consciência moral cívica, ou seja, o conjunto de valores que os cidadãos de uma sociedade pluralista já compartilham, independente de suas concepções morais e religiosas. Encarar com seriedade os valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade;
5. O puro nível da moralidade não basta, porque interesses ilegítimos e particulares podem difundir uma ideia de moralidade difusa e distorcida, que condena, como imorais, ações inspiradas na justiça, nos direitos humanos e na dignidade humana. Por isso, é preciso uma moral crítica, que aponte os valores e os direitos a serem racionalmente respeitados.

A partir dessas referências, como você pode julgar as situações reais e agir eticamente? Os filósofos Cortina e Martinez (2005) produziram um passo a passo sobre como julgar, para agir nas situações concretas:

1. Determinar o fim específico ou o bem interno que dá sentido e legitimidade social à atividade;
2. Averiguar quais meios são adequados para produzir esse bem numa sociedade moderna;
3. Indagar quais as virtudes e os valores que são necessários incorporar para alcançar esse bem interno;
4. Ver quais são os valores da moral cívica da sociedade que afetam o exercício dessa atividade;
5. Averiguar quais valores de justiça, próprios de uma moral crítica universal, permite por em questão normas vigentes;
6. Deixar a tomada de decisão a cargo dos que são afetados por esse processo.



Atividade 01

De acordo com o exemplo dado no início do texto, e utilizando o passo a passo acima, como você resolveria o problema de Maria? Compartilhe sua opinião em nosso fórum!

Ética profissional no ambiente de trabalho

É difícil imaginar um ambiente em que problemas éticos surjam com tanta frequência quanto no universo das relações de trabalho. Isso ocorre por vários motivos. Entre eles, precisamos considerar o fato de que é neste ambiente que as pessoas passam boa parte de seu tempo, muitas vezes pressionadas por seus afazeres profissionais, metas de produtividade e por um clima de competição. Além disso, tem-se ainda que lidar com outros indivíduos que nem sempre fazem parte do círculo de amizades, uma vez que, nos ambientes de trabalho, faz-se necessário unir pessoas de culturas e valores diferentes, com o objetivo de realizar uma tarefa em comum. Por tudo isso, podemos encontrar um grande número de conflitos e de diversas naturezas.

O mundo do trabalho, historicamente, observou acontecer muitos conflitos éticos, especialmente aqueles promovidos nas lutas pela conquista dos direitos sociais e trabalhistas ocorridas nos séculos XVIII e XIX, com a Revolução Industrial.



Querendo mais

Sobre as condições de trabalho a que eram submetidos os trabalhadores durante a Revolução Industrial e as lutas de reação deles, ver “Evolução das relações trabalhistas”. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/04/evolucao-das-relacoes-trabalhistas>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

Esse histórico diz respeito à dimensão coletiva da questão ética aplicada ao mundo do trabalho, envolvendo valores como: justiça, dignidade, liberdade e reconhecimento. Temos ainda uma dimensão individual da ética profissional, relacionada às relações interpessoais (outras pessoas) e institucionais (na empresa), que envolvem, além dos valores citados acima, as ideias de responsabilidade, dignidade pessoal, lealdade, respeito e solidariedade.

A ética profissional possui um componente vinculado à tradição filosófica deontológica (do grego *deonta*, que significa “a dever”), concepção desenvolvida pelo filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), anteriormente citado. Por isso, algumas profissões instituem Códigos de Conduta ou de Ética, que, para aqueles profissionais, têm força de lei na orientação e regulação do agir desses profissionais.

Os Códigos de Ética servem basicamente para duas funções: proteger e resguardar o profissional, pois definem quais são suas responsabilidades e direitos; e proteger e resguardar as pessoas que precisam ou dependem daquele profissional, visto que determina os deveres técnicos e éticos desses profissionais para com as pessoas.

Para além dos deveres formais contidos nos Códigos de Ética, existe um conjunto de atitudes que são comuns a todas as profissões, que são expressão de um “agir ético”. São elas:

1. Cooperação e generosidade no trabalho em equipe. Mesmo quando se faz sozinho uma tarefa, tenha consciência de que ela faz parte de um conjunto muito maior;
2. Proatividade, ou seja, não fazer apenas as tarefas que lhe foram dadas, mas contribuir com o trabalho como um todo. Lembre-se que a finalidade do seu trabalho é promover o bem para as pessoas;

3. Disponibilidade para aprender sempre, experimentar e desenvolver soluções novas;
4. Respeito pela dignidade pessoal de todas as pessoas no seu local de trabalho: os colegas de trabalho, os chefes e os clientes;
5. Responsabilidade e solidariedade, fazer a coisa certa, mesmo quando ninguém está olhando, pelo simples fato de ser eticamente comprometido com as pessoas que, de alguma forma, dependem do produto ou serviço realizado;
6. Afetividade e boas maneiras. Procurar agir sempre de forma gentil e cordial por respeito às pessoas (BAPTISTA, 2011).

Na forma como se apresentam hoje, vejamos alguns exemplos de conflitos que podem surgir no ambiente de trabalho. Reflita sobre elas!

Situação-problema 1: Recentemente, uma vendedora, a Marta, foi promovida à gerente do mercadinho onde trabalha. Uma das colegas de Marta, Lúcia, que é operadora de caixa, chegou atrasada ao trabalho em três ocasiões diferentes. Marta pediu que Lúcia não voltasse a chegar atrasada, do contrário, ela será punida. Infelizmente, Lúcia continua a ignorar as regras do trabalho e a advertência da amiga, e volta a chegar atrasada, pois, considerando que é amiga de Marta, ela entende que terá o apoio e a compreensão da mesma. Marta, por outro lado, deve agir de acordo com as exigências e responsabilidades do seu novo papel na empresa, ou deve proteger a amiga?

Desafio ético: Como Marta deve agir? Tente julgar eticamente essa situação. Para orientá-lo, releia os cinco pontos para desenvolver uma ação moralmente correta e o passo a passo para julgar situações concretas, propostos por Cortina e Martinez (2005). Em seguida, responda a estas perguntas: qual é o bem interno que está em jogo no negócio que emprega Marta e Lúcia? E como você agiria? Justifique sua resposta, conforme os conteúdos de leitura sugeridos.

Situação-problema 2: Um motorista, o Sr. Carlos, trabalha há vários anos para uma empresa de táxi. Ele é considerado um bom profissional pelos colegas e em várias ocasiões foi elogiado pelos clientes. Recentemente, o filho do patrão assumiu a gerência da agência de carros onde ele trabalha. O Sr. Carlos é um homem de meia-idade, que teve pouca oportunidade de frequentar a escola. Sabendo disso, o filho do patrão

começa a contar anedotas se referindo ao Sr. Carlos (colocando-o como centro das piadas, frequentemente), comparando-o com personagens retratados de forma preconceituosa (como ignorantes e burros) no contexto das piadas. A situação é constrangedora para o Sr. Carlos, que se sente humilhado constantemente pelo filho do patrão. Este, por sua vez, abusa da sua posição de autoridade e da impossibilidade do Sr. Carlos defender-se, visto ter medo de perder seu emprego.

Desafio ético: Quais são os valores do agir ético que o filho do patrão fere? O que o Sr. Carlos deveria fazer?

Situação-problema 3: O empresário Marcos é presidente de uma empresa que atua na área de construção civil, e sua empresa consegue um grande serviço público de drenagem. Para realização do serviço, ao invés de usar material de primeira qualidade, ele opta por utilizar um material de qualidade inferior, mesmo ganhando uma licitação pública que especificava material superior. Um dos engenheiros que trabalha na empresa constata o uso de material inferior, que pode comprometer a qualidade da obra. Ele resolve informar ao conselho da empresa. Marcos, porém, consegue convencer seus pares de que a informação do engenheiro não procede e o substitui por outro profissional, que aceita “uma ajudinha” e desmente o primeiro engenheiro. Marcos também concede uma “pequena comissão” ao funcionário da prefeitura responsável pela supervisão da obra, para que esse ateste que todos os materiais estão com conformidade ao que foi licitado.

Desafio ético: Qual é o bem interno que está em jogo? Além dos pontos do agir ético aqui apresentados, que outras normas e códigos estão sendo violadas nesse caso? Pesquise na Internet e elabore a sua resposta!

Na prática, essas simples perguntas norteiam orientações e refletem uma série de atitudes profissionais desejáveis no ambiente de trabalho. Veja como elas podem ser aplicadas em contexto:



Importante

Pesquise sobre quais são as regras da sua futura profissão e quais são os possíveis dilemas éticos que podem surgir a partir do exercício dela? Produza um pequeno texto e compartilhe-o em nosso fórum!



Aplicações práticas da ética profissional

Corporações de ofício: grupos de artesãos organizados, dedicados a uma mesma especialidade de artes e artesanato.

Durante o período medieval, para aprender algo era preciso ingressar em uma **corporação de ofício**. Nessa época, a relação profissional se estabeleceu por meio do relacionamento entre o aprendiz e o mestre, e as regras do convívio profissional eram ensinadas diretamente aos aprendizes. Hoje, essas regras não são tão acessíveis aos profissionais, uma vez que as empresas de médio e grande porte possuem uma quantidade grande de pessoas trabalhando e, por isso, muitas vezes não se estabelecem relacionamentos tão diretos de aprendizagem.

Assim, sugerimos algumas orientações, válidas para todas as áreas, de como os profissionais devem agir e como devem se comportar eticamente no exercício das suas atribuições. Vamos conhecê-las?

ORIENTAÇÕES	ATITUDES PROFISSIONAIS
<p>Procure se informar sobre os códigos éticos que regem a sua profissão.</p> <p>Atue de maneira condizente às regras de conduta da empresa em que trabalha.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer e refletir sempre sobre a sua prática profissional; - Debater em ambiente amistoso sobre as questões relevantes a sua profissão; - Atuar de maneira condizente com os outros profissionais; - Disposição para aprender. - Respeitar as regras da empresa; - Agir de acordo com as regras da empresa; - Não comentar informações sigilosas da empresa; - Procurar manter sempre um ambiente de trabalho prazeroso e positivo.

ORIENTAÇÕES	ATTITUDES PROFISSIONAIS
Respeite o próximo.	<ul style="list-style-type: none"> - Não abusar da confiança dos colegas; -Trabalhar atendendo à demanda de sua profissão, sem se escorar em favores ou na amizade para realização das suas tarefas; - Manter a calma na resolução de problemas; - Ajudar aos colegas com presteza e boa vontade, se solicitado; - Comunicar-se em caso de problemas; - Pontualidade; - Assiduidade.
Refleta acerca dos seus próprios valores éticos, para aprimorar seu agir ético.	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar a profissão para o próprio desenvolvimento humano; - Incorporar práticas colaborativas e democráticas em todas as instâncias da existência humana; - Refletir sobre a profissão, sobre o trabalho e sobre a ética; - Usar os princípios universais da ética para criar a sua própria postura e imagem profissional.

Quadro 1 – Aplicações profissionais
Fonte: autoria própria (2014).

Os conceitos mais importantes dentro da ética no ambiente de trabalho são conhecer e agir. Não basta apenas adquirir o conhecimento sobre um fato, é necessário utilizar esse conhecimento em seu dia a dia. Um profissional capaz de entender os interesses e os preceitos da sua profissão e da empresa onde trabalha terá uma possibilidade de sucesso muito maior do que aquele que “apenas obedece” ou que “faz como quer”.

Embora a ética seja mediada por princípios universais (válidos para todas as pessoas), ela também é uma ferramenta para desenvolver a nossa própria postura em relação ao mundo. Profissionalmente, desenvolver uma postura ética, bem como uma ética de trabalho, é tão fundamental para um indivíduo quanto às habilidades técnicas para a realização do seu trabalho, visto que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente. Uma boa postura ética no trabalho pode destacar o profissional e ampliar sua empregabilidade.

A atividade profissional é a aplicação da força do trabalho de uma ou mais pessoas em uma tarefa. Essa atividade – ou seja, o trabalho – foi e continua sendo fundamental para a sociedade. Sem o trabalho, não há produção de qualquer tipo. Sem a produção de alimentos, por exemplo, a nossa vida em sociedade ficaria mais difícil, uma vez que cada

um de nós teria que empregar o seu próprio tempo para a própria subsistência.

Durante séculos, o ambiente de trabalho foi também o principal ambiente de aprendizagem do homem. Isto é, sem o trabalho não teríamos alcançado o nível de desenvolvimento tecnológico e científico que alcançamos hoje. Entretanto, sem incorporar os valores éticos a essas práticas, corremos o risco de não aproveitar todo esse desenvolvimento para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática e mais humana.

Resumo

Nesta competência, compreendemos os desafios éticos que podem ser enfrentados por profissionais no mundo do trabalho. Para enfrentá-los, temos as ferramentas de análise da ética aplicada às profissões. Essas ferramentas determinam qual é o melhor curso de ação que podemos tomar. Princípios éticos presentes nos manuais de conduta profissionais, e mesmo as atitudes sugeridas nos quadros acima, podem ajudar você a ter uma atitude ética em relação ao seu trabalho e aos relacionamentos oriundos dele. Questões como responsabilidade, dignidade pessoal, lealdade, respeito e solidariedade devem estar sempre presentes nas relações profissionais. Esses princípios são responsáveis por um exercício mais feliz do trabalho e uma realização mais benéfica do mesmo para o conjunto da sociedade.

Autoavaliação

1. Qual característica um profissional ético deve possuir?
 - a) Egoísmo;
 - b) Procrastinação;
 - c) Competência técnica;
 - d) Incomunicabilidade.

2. De acordo com o texto, quais são os exemplos de problemas éticos encontrados no ambiente de trabalho?
 - a) Diversão, entretenimento, comédia;
 - b) Trabalho, compromisso, verdade;
 - c) Corrupção, hierarquia, assédio moral;
 - d) Vaidade, aparência, imagem.

3. Quais palavras descrevem um agir ético:

- a) Proatividade, responsabilidade;
- b) Preguiça, indisponibilidade;
- c) Autoritarismo, egoísmo;
- d) Distração, rispidez.

4. Qual é a função dos códigos de ética?

- a) Regular a sociedade;
- b) Proteger e resguardar o profissional;
- c) Desestabilizar o ambiente de trabalho;
- d) Dominar os profissionais.

5. Que palavra de ação caracteriza a proatividade?

- a) Esperar;
- b) Atrasar;
- c) Conversar;
- d) Agir.



Competência 03

Identificar a responsabilidade
socioambiental das empresas

Identificar a responsabilidade socioambiental das empresas

Nesta competência, vamos descobrir como os valores éticos são aplicados por instituições públicas e privadas, as “empresas”. Trata-se de uma ética aplicada a uma construção social real e, por isso, possui um conjunto de desafios próprios para os quais precisamos nos preparar. Para isso, imagine a seguinte situação:

O dono de uma fábrica de tecidos recebe um relatório sobre o impacto ambiental de sua fábrica. Este relatório contém um estudo sobre como a existência da fábrica está relacionada com o desaparecimento dos animais silvestres da região, e propõe medidas para mitigar o impacto ambiental e para criar uma área de proteção ambiental. Essas medidas custarão ao empresário 50.000 reais por mês. Na mesma semana em que recebe o relatório, o empresário recebe a visita do encarregado dos funcionários da fábrica, que expõe a preocupação com as condições de trabalho. Ele explica que as pessoas trabalhariam melhor se existisse uma creche onde deixar os filhos durante o expediente. Essa ação melhoraria, segundo ele, o desempenho dos funcionários, tornando-os mais produtivos, e custariam 20.000 reais mensais para a empresa. Por fim, o empresário recebe um relatório afirmando que a empresa possui lucros de R\$ 75.000,00 por mês. O que você faria se fosse esse empresário? Qual seria a atitude mais ética?

Como você pôde constatar, os problemas éticos não têm fáceis resoluções. Por isso, precisamos de uma compreensão do que é uma empresa e como ela funciona.

O que é e como surgiram as empresas?

O conceito de empresa nasce de uma ideia interessante: uma empresa nada mais é do que uma corporação social, criada artificialmente pelas pessoas, com a finalidade de organizar um coletivo de indivíduos para produzir os bens e serviços necessários para a nossa vida cotidiana. Ou seja, sua finalidade era servir ao bem público.



Curiosidade

Em sua origem, a palavra “empresa” era um sinônimo de “empreitada”.

Segundo Ramos (2010), o termo “empresa” passou a substituir os atos de comércio que organizavam as mais diversas modalidades de comércio e serviços até o século XIX. A ideia de empresa que temos hoje surge com a Revolução Industrial, no século XVIII. No início, eram grupos licenciados pelo Estado para uma determinada tarefa, como uma equipe reunida para construir uma ponte sobre um rio ou extrair carvão das minas da Inglaterra e da França. Eram poucos esses grupos, e os que existiam funcionavam a partir de regras muito claras criadas pelo Estado (A CORPORAÇÃO, 2003).



Importante

O que é uma corporação? É uma forma de controle do negócio. É um grupo de pessoas trabalhando em conjunto, com vários objetivos.

Porém, essas regras estatais se limitavam a garantir às empresas autorização para explorar determinada atividade ou realizar algum serviço e lucrar com isso. Por exemplo: os empresários não podiam possuir outra corporação e seus acionistas podiam ser responsabilizados judicialmente pelos atos da corporação.

O Estado não se envolvia em regular a forma como essas corporações contratavam e tratavam os trabalhadores. Não havia qualquer lei trabalhista, cada corporação criava suas próprias regras (podendo, inclusive, maltratar seus funcionários). Não havia também nenhuma preocupação com os possíveis impactos ambientais das atividades, muito menos qualquer regra para responsabilizar essas corporações por esses danos.

Essa licença do Estado para funcionamento evoluiu juridicamente. Surgiu então o termo “Pessoa Jurídica (PJ)” para designar o tipo de personalidade que as empresas possuem, que as distinguem dos indivíduos, as “Pessoas Físicas (PF)”.



Curiosidade

Basicamente, todo ser humano é uma pessoa física (PF) e as empresas [além do país, estados e municípios, associações, igrejas e partidos políticos] são pessoas jurídicas (PJ). No Código Civil [brasileiro], existem muitas diferenças entre os dois termos, tanto sobre a definição quanto em relação a direitos e deveres. Segundo a advogada Carolina Defilippi, todo mundo é considerado PF ao nascer, mesmo que não tenha o Cadastro de Pessoa Física (CPF), na Receita Federal. Já a PJ é um conjunto de pessoas ou bens criado de acordo com a lei e com uma finalidade – que pode ser administração, prestação de serviços, produção ou comercialização de produtos. Sempre há uma pessoa física responsável pela jurídica e, em alguns casos, o indivíduo poderá responder por problemas na empresa.

Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/qual-a-diferenca-entre-pessoa-fisica-e-juridica>>. Acesso em 08 jun. 2014.

As pessoas jurídicas passam, então, a ter muitos dos direitos de uma pessoa comum (indivíduo): podem comprar e vender propriedades, fazer empréstimos, processar e serem processadas, conduzir negócios. Ela é parte da nossa vida, é membro da nossa sociedade. Você deve estar se perguntando: “que tipo de pessoa é uma corporação?” As corporações têm os direitos de pessoas imortais, mas são especiais, sem consciência moral. O problema dos cidadãos corporativos é que eles são diferentes de nós. Como o barão inglês Thurlow afirma na obra **A Corporação** (2003), as corporações “têm alma a salvar e corpo a ser preso”.



Importante

O documentário “A Corporação” denuncia as práticas antiéticas das grandes corporações mundiais. Assista-o! Acesse: <http://www.youtube.com/watch?v=ZxOf_8FKMrY>.

As corporações ou empresas são parte da sociedade, com os indivíduos e outras instituições, como o próprio Estado, igrejas, universidades e escolas, organizações da sociedade civil. Todas elas são importantes. A corporação ou empresa é um componente desse todo na sociedade, que precisa de todos os segmentos para funcionar.

Durante muito tempo, tratou-se a atividade econômica como se fosse impossível conciliar a eficiência econômica com os valores morais da equidade e da justiça. E, sendo assim, também não se discutia o fim e o sentido da sua atividade e qual a sua contribuição para a sociedade. A economia não é moralmente neutra, nem isenta de responsabilidade com o bem comum (CORTINA; MARTINEZ, 2005).

Com o passar dos anos, a sociedade não foi mais admitindo essa postura das empresas e começou a cobrá-las para assumir parte da responsabilidade de promover o bem-estar de todas as pessoas. Essa exigência, que se expressou por meio de muitas lutas sociais ao longo desses três séculos, foi evoluindo e se tornando leis que regulam a atuação das empresas em relação à forma como ela contrata e trata seus funcionários, bem como trata com consumidores e como faz uso dos recursos naturais (meio ambiente).

A sociedade avançou ainda mais. Hoje, ela exige das empresas que atuem para além do simples cumprimento da lei, para que estas sejam capazes de atuar baseadas em um senso de responsabilidade social e de ética, nesse caso, da ética empresarial.

Agir conforme a ética significa pensar e agir de acordo com a ideia de bem, de “bem comum”, independente de qualquer risco de punição definida por lei. E é sobre isso que vamos falar na sessão que segue.

Ética empresarial e responsabilidade social



Deontologia:

trata-se do universo moral de uma determinada profissão, uma vez que existem comportamentos morais característicos e distintivos das atividades específicas de cada profissão (BAPTISTA, 2011).

A ética empresarial refere-se aos valores que são desempenhados por uma empresa na relação com seus clientes, fornecedores, funcionários e com a sociedade de um modo geral. Esta ideia começou a ser desenvolvida na década de 1960, nos Estados Unidos, motivada pela necessidade de garantir a segurança dos produtos. Nesse momento, iniciou-se uma discussão sobre o “princípio da responsabilidade”, como um fundamento da ética nos negócios.

Em 1980, em Wall Street (também nos Estados Unidos), os jesuítas abriram um centro de reflexão moral para banqueiros católicos. A proposta foi um sucesso, e logo se proliferaram cursos sobre ética. Na Inglaterra, o King’s College de Londres criou um centro de investigações sobre a ética nos negócios. Em outros países, como Bélgica, Itália, Espanha e França, outros centros de estudos e cursos também foram criados.

A ética nas empresas tem um fundamento **deontológico**, ou seja, se relaciona com

normas, com regras a serem seguidas. Embora esse seja um desdobramento recente na história das relações comerciais, a importância dos princípios éticos está em todos os aspectos do mundo dos negócios.

Além de aparecer sob a forma de códigos de conduta e de regras – muitas vezes declarados na missão da empresa ou no estatuto da mesma –, o debate ético também conduziu a inserção do conceito de **Responsabilidade Social**. Percebeu-se que a atividade até então exercida pelas empresas – produtora de bens e serviços – não era a única função delas perante a sociedade. Portanto, trata-se de um conceito novo, que tenta combater dois dos maiores problemas do sistema capitalista: a exclusão social e a má distribuição de renda.



Figura 06 – Responsabilidade Social

Fonte: <<http://www.shutterstock.com/pt/pic-159411446/stock-photo-green-planet-in-your-heart-hands-usa-environment-concept.html>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

É provável que, até hoje, a principal ideia que temos a respeito de uma empresa é que ela é criada por pessoas ricas e simplesmente para obter lucro. Isso se justifica visto que ao falarmos sobre empresas, tomamos como padrão imediatamente as grandes multinacionais, que foram criadas a partir da verticalização das indústrias nos séculos XIX e XX (SILVA; COSTA, 2008). Todavia, a tendência atualmente é que as organizações sejam mais diversificadas e que, além de multinacionais, também existam pequenas e médias empresas (COSTANZI, 2005).

O capitalismo vem sofrendo colapsos cada vez mais sérios e globalizados, como a recente crise do setor imobiliário estadunidense de 2008, que afetou a economia do mundo inteiro. Essas crises mostram as fissuras do sistema econômico capitalista e neoliberal, que cria uma forma de produção excludente e injusta, concentrando riquezas nos países mais abastados e nas multinacionais, particularmente, os bancos. Essa constatação gerou uma perda de credibilidade das empresas e fortaleceu a pressão social para



Responsabilidade Social: é a ideia de que todas as empresas e pessoas têm uma responsabilidade com a sociedade onde vivem ou onde exercem suas atividades.

que elas assumam, perante a sociedade, sua responsabilidade social para um mundo mais justo e democrático.

Porém, em que consiste essa “ética da responsabilidade” nos negócios? Consiste na busca do objetivo comum de conciliar necessidades e interesses de produtores, trabalhadores e consumidores. O fundamental é estabelecer regras de conduta para as relações de negócio e de trabalho, que sejam boas para todos. A meta de lucro das empresas não pode se sobrepor aos interesses dos demais setores da sociedade e nem destruir o meio ambiente, que é patrimônio de todas as pessoas que vivem hoje e que ainda irão nascer.

O Instituto Ethos, por exemplo, é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) criada em 1998 por empresários e executivos da iniciativa privada, que tem como objetivo sensibilizar os empresários para uma atuação socialmente responsável e ambientalmente sustentável. A sustentabilidade ambiental é baseada em seis princípios:

1. Compreender e incorporar, de forma progressiva, o conceito do comportamento empresarial socialmente responsável;
2. Implementar políticas e práticas que atendam aos elevados critérios éticos, contribuindo para o alcance do sucesso econômico sustentável;
3. Assumir responsabilidade com todos aqueles que são atingidos por suas atividades;
4. Demonstrar aos seus acionistas a relevância de um comportamento socialmente responsável, para o retorno futuro sobre seus investimentos;
5. Identificar formas inovadoras e eficazes de atuar em parceria com as comunidades na construção do bem-estar comum;
6. Prosperar, contribuindo para um desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável.

Esse tipo de iniciativa mostra que é possível modificar a forma de atuação das empresas na sociedade. Sabemos que a ética é o instrumento fundamental para essa transformação. Entretanto, para que essas mudanças realmente ocorram, é necessário que o profissional que trabalha na iniciativa privada também se transforme. Afinal, o ser humano é o agente da ética.



Atividade 01

Pesquise no site do Instituto ETHOS exemplos de empresas que sejam socialmente responsáveis e produza um texto apresentando uma dessas organizações e as ações eticamente responsáveis que ela desenvolve.

Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/missao/#.U5DDLnJT65w>>. Acesso em: 11. jul. 2014.

Identificar a ética profissional e empresarial na web

Uma das preocupações mais recentes das empresas é a atuação dos funcionários na web, tanto no que diz respeito ao tempo despendido no uso da Internet, quanto na exposição dos mesmos nas redes sociais. Em 2014, o Brasil adotou uma postura extremamente visionária ao ser o primeiro país a aprovar uma legislação geral para o uso da Internet, o chamado Marco Civil da Internet (Lei nº. 12.965, de 23 de abril de 2014). É uma lei que regula o funcionamento da Internet em nosso país e é baseada em alguns princípios, como a neutralidade da Internet, a finalidade social dela, a proteção do anonimato, entre outros. Para a nossa reflexão sobre ética profissional e empresarial, destaca-se o Art. 2 §VI, que indica a “responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei” (BRASIL, 2014, s. p.). Ou seja: tudo o que é escrito ou declarado, filmado ou fotografado e divulgado na Internet é de responsabilidade dos agentes que realizam tal divulgação.

O que isso quer dizer para os profissionais e como se relaciona com a ética? O anonimato, uma das características mais antigas da Internet, cujo conceito permanece defendido no Marco Civil, permitiu que pessoas usassem a essa tecnologia de maneira irresponsável, visto considerarem que não seriam punidas pelas suas ações na rede mundial. Entretanto, a nova lei da Internet no Brasil determina que toda ação possui consequências legais, caso seja comprovado que elas infringem as leis do país.



Curiosidade

O Google não é apenas a ferramenta de buscas mais conhecida da Internet. Em 2013, a Google Brasil foi eleita a melhor empresa para se trabalhar no país. Em reportagem para a revista **Exame**, o presidente da Empresa Fábio Coelho afirma: “a nossa responsabilidade, enquanto empresa e sociedade, é dar acesso às pessoas para que a gente possa fazer uma sociedade mais democrática, mais esclarecida e mais conectada. Que as pessoas tenham condições de opinar, se indignar e compartilhar – porque juntos pensamos melhor que sozinhos”.

A crescente preocupação das empresas se justifica, portanto, não apenas em termos de aproveitamento da força de trabalho, mas, especialmente, porque a atuação dos funcionários na Internet, mais do que arranhar a imagem deles mesmos e das empresas, pode ter repercussões legais sobre ambos.

Assim, é necessário que antes de apertar o botão “publicar”, o profissional reflita sobre a repercussão de suas ações virtuais da mesma maneira que deve refletir sobre suas atuações na realidade, pois suas atitudes podem ter consequências legais para ele mesmo, para seus colegas de trabalho, e para empresa que o emprega (BRASIL, 2014).

Existem vários casos em que o uso da Internet pode comprometer o ambiente profissional. Por isso, indico quatro cuidados que todo profissional precisa ter:

1. **Distração:** a ideia não é inibir o uso da Internet completamente, mas usá-la com consciência. Trabalhar distraído é ineficiente e provoca erros e riscos (dependendo da atividade, riscos à segurança e saúde do funcionário, inclusive). Por isso, esteja sempre atento ao seu trabalho!
2. **Uso indevido:** usar a Internet em horário de expediente para acessar a sites adultos, que incitam a violência e o ódio racial, por exemplo, podem levar a demissão por justa causa do funcionário, de acordo com o Art. 482 da CLT;
3. **Perturbação do ambiente de trabalho:** elementos simples, como um vídeo engraçado ou uma mensagem instantânea, podem levar a uma perturbação do ambiente de trabalho. Em casos extremos, publicar um comentário sobre a roupa de alguém da empresa

ou reclamar do chefe em redes sociais pode prejudicar não apenas na execução de suas atribuições, mas também afetar diretamente a relação entre os próprios colegas;

4. **Improdutividade:** um dos maiores problemas para o uso da Internet no trabalho está relacionado à produtividade. Um funcionário que não realiza parte do seu trabalho porque está navegando se torna um problema sério para empresa. Portanto, os funcionários devem fazer uso pessoal da Internet durante os seus intervalos.

Muitas empresas no Brasil proíbem o uso da Internet que não seja específico para o trabalho. Vetar o acesso à rede é um procedimento que só ocorre porque, diante dos quatro pontos apresentados acima, não foi encontrada outra maneira de fazer com que o profissional faça o seu trabalho. Aqui, como em todas as outras práticas profissionais éticas, cabe usar duas ferramentas importantes: a comunicação e a reflexão. Você, como profissional ético e de excelência, estará atento às regras estabelecidas na empresa em que trabalha e tentará cumpri-las. Em relação ao acesso à Internet por meio do computador, tablet ou smartphones, considere não apenas as regras impostas, mas o quanto o uso da Internet pode afetar o seu desempenho profissional.

Resumo

Nessa competência, estudamos o que são empresas e como elas fazem uso dos valores éticos para realização de suas atividades. Vimos também como a ética é importante para os profissionais e como uma postura ética contribui para a criação de um ambiente de trabalho mais produtivo e feliz. Além disso, conhecemos o Marco Social da Internet, como ele responsabiliza a ação das pessoas na rede e o possível impacto dessa responsabilização no uso da Internet pelos profissionais dentro das empresas.

Autoavaliação

1. Quando e onde o conceito de ética empresarial surgiu:
 - a) Em 1950, na Rússia;
 - b) Em 2000, na Irlanda do Norte;
 - c) Em 1880, na França;
 - d) Em 1960, nos Estados Unidos.

2. Qual desses cuidados todo profissional precisa ter para não cometer erros no uso da Internet em seu ambiente de trabalho:
 - a) Usar quando preciso;
 - b) Distração;
 - c) Silêncio;
 - d) Produtividade.

3. O que define o Marco Civil da Internet?
 - a) Uma lei que regula o funcionamento da Internet no Brasil;
 - b) Regras para as publicações dos convites para festas do Facebook;
 - c) Um novo modelo de economia;
 - d) Uma nova plataforma de informação.

4. Assinale exemplos de responsabilidade ambiental nas empresas:
 - a) Emissão de poluentes;
 - b) Uso de pesticidas;
 - c) Investimento em maquinário ultrapassado;
 - d) Educação ambiental dos funcionários.

5. A sustentabilidade ambiental é baseada em alguns princípios. Qual afirmativa abaixo não é um deles:
 - a) Compreender e incorporar, de forma progressiva, o conceito do comportamento empresarial socialmente responsável;
 - b) Implementar políticas e práticas que atendam aos elevados critérios éticos, contribuindo para o alcance do sucesso econômico a qualquer custo;
 - c) Assumir responsabilidade com todos aqueles que são atingidos por suas atividades;
 - d) Demonstrar aos seus acionistas a relevância de um comportamento socialmente responsável, para o retorno futuro sobre seus investimentos.



Competência 04

Reconhecer a ética dos
direitos humanos e a ideia de cidadania

Reconhecer a ética dos direitos humanos e a ideia de cidadania

Conversamos até agora sobre algumas das concepções de ética que mais influenciaram o mundo Ocidental: a felicidade humana, o sentido do dever ou a dignidade humana, bem como sobre as suas origens e finalidades. Vamos entender como essas concepções de ética ajudaram na evolução de outro conceito importante: a ideia de cidadania e sua relação com a dignidade humana e os direitos humanos.

O jurista e professor Dalmo Dallari (2003) destaca que o mais valioso dos bens para a ética é a “pessoa humana”. Para compreender a pessoa humana como valor, ele retorna a História, nos séculos XVII e XVIII. Naquele tempo, se tinha, de um lado, uma nobreza aristocrática com muitos privilégios e poderes. Do outro, o povo, as pessoas comuns, que não eram respeitadas como seres humanos, não tinham nenhuma garantia pessoal para trabalhar e viver, nem direito de possuir bens e patrimônio.

Alguns pensadores dessa época, como o filósofo francês Jean Jacques Rousseau, começaram a reconhecer essa injustiça e a escrever que “todos os indivíduos são iguais, e por isso todos devem merecer o mesmo respeito, todos têm os mesmos direitos” (DALLARI, 2003, p. 48).

O filósofo italiano Norberto Bobbio, em seu livro **A Era dos Direitos** (1992), argumenta que os direitos humanos são direitos históricos, nascidos em determinadas circunstâncias sociais, econômicas, políticas e culturais. Assim, eles foram evoluindo ao longo do tempo, dos vários séculos. Ou seja, eles não nasceram prontos, tal qual nós os conhecemos hoje (MOURA, 2005).



Atividade 01

Pesquise e produza um texto, expondo suas próprias palavras e reflexões, sobre o seguinte tema: qual é a importância dos direitos humanos atualmente?

O que são os direitos humanos?

Os direitos humanos são aqueles direitos considerados válidos para todos os povos e em todos os tempos. Originam-se da própria natureza humana, pelo simples fato de uma pessoa existir. Eles possuem caráter inviolável, intemporal e universal.



Figura 07 - Declaração Universal dos Direitos Humanos

Fonte: http://www.wired.com/images_blogs/threatlevel/2011/06/united_nations_f.jpg.

Os direitos humanos tal qual estão contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, foram criados em 1949, após a Segunda Guerra Mundial, como forma de criar uma proteção dos direitos individuais e garantir a dignidade humana de todas as pessoas em todo o mundo.

A Declaração dos Direitos Humanos constitui um marco normativo internacional que fundamenta muitas constituições e normas dos países membros da ONU. Ela foi criada após o fim da Segunda Guerra Mundial (1949), como resposta à preocupação da comunidade internacional em evitar a repetição das atrocidades cometidas pelos regimes nazista (Alemanha) e fascista (Itália), bem como stalinista (União Soviética). Esses regimes causaram extrema violência física e moral a milhões de pessoas, além de ameaçar a paz mundial e gerar instabilidades de diversas ordens à estabilidade das relações internacionais.

A Declaração dos Direitos Humanos foi uma invenção dos países ocidentais, mais precisamente dos europeus, embora esta declaração possua alguns preceitos éticos reconhecidos como válidos por todos os povos. Ela teve como origem a intenção de:

- Estabelecer garantias a todos os seres humanos contra os abusos de poder cometidos por órgãos dos Estados;
- Definir as responsabilidades dos Estados com a promoção das condições dignas de vida e com o seu pleno desenvolvimento;
- Promoção da paz e garantias contra a guerra.

Para que um direito humano passe a ser garantido em um país, ele precisa ser uma lei e fazer parte da Constituição desse país. Quando isso acontece, ele passa a ser um direito fundamental, pois é garantido a partir de uma norma. Os direitos humanos fundamentais são vigentes em uma ordem jurídica concreta, ou seja, em um determinado país e em uma época. Dizemos então que eles são direitos jurídico-institucionalizados ou positivados.

No caso do Brasil, a nossa **Constituição Federal de 1988** incorporou muitos dos direitos humanos contidos na Declaração Universal. Por isso, ela é também chamada de “Constituição cidadã”, e também institui um Estado democrático de direito.

A evolução dos direitos humanos e da ideia de cidadania acompanham a evolução das relações sociais, das mudanças na economia, nos valores, na cultura e a consciência de cada época. Em cada momento histórico, um ideal humano de dignidade deu ênfase a um determinado aspecto da vida, reconhecido como um valor.

No tempo do Feudalismo, e durante a transição para o Capitalismo, as pessoas comuns (os servos, os primeiros operários, os pobres) não tinham nenhum direito de ir e vir, de ter alguma propriedade, nem de participar da política. Naquele tempo, o regime era o absolutismo, os reis e imperadores representavam a lei e podiam fazer qualquer coisa com a vida das pessoas, como ordenar a prisão ou execução, por qualquer motivo banal. As pessoas não possuíam liberdade.

Nessa época, lutou-se pelos direitos chamados de “Primeira Geração”, que são os direitos de liberdade, direitos civis e políticos. São direitos individuais, de cada pessoa. Esses direitos marcam a fase inaugural das primeiras Constituições Francesa (1789) e do Estado da Virgínia (1776), nos Estados Unidos. São as liberdades individuais, o direito de ir e vir, de não ser preso sem razão ou condenado sem julgamento e direito de defesa, de possuir algum patrimônio, de votar e ser votado.

Depois, vieram as lutas pelos direitos humanos de “Segunda Geração”, período das Revoluções industriais europeias, final do século XVIII e início do XIX. São os direitos sociais e trabalhistas, relacionados à ideia da igualdade entre os indivíduos, à proteção e às oportunidades de desenvolvimento, independente de raça, etnia, sexo, idade, orientação sexual, condição social.

No Século 18, as revoluções industrial e agrícola na Inglaterra geram relativa abundância de alimentos, melhoria das condições de higiene, redução da mortalidade e aumento da população. Porém, ainda assim as condições eram desumanas. Na França, no início do Século 19, a expectativa de vida média era de 38 anos e apenas 7% da população chegavam aos 60 anos, sendo que 44% das pessoas não passavam dos 20 anos.

Não existia nenhuma legislação de garantia ou proteção do trabalho, o Estado Liberal que existia seguia a regra do *laissez-faire*. Isto é, o entendimento de um Estado mínimo que não interferia na economia, deixando o mercado e os capitalistas ricos absolutamente livres para definir as regras das relações sociais de produção e de trabalho.

As condições de trabalho e de vida no período da Revolução Industrial eram assustadoras. Jornadas diárias de 12 a 16 horas, depois ampliadas até 18 horas quando a iluminação a gás tornou-se disponível. O problema não atingia apenas os adultos, mas também as crianças. Só em 1833 é que surgiu alguma limitação para a exploração do trabalho infantil, quando foi definida a proibição da jornada de mais de nove horas para as crianças de 9 a 13 anos e as jornadas superiores a doze horas para aqueles entre 13 e 16 anos.

O salário dos aprendizes era metade do que se pagava aos operários, o das mulheres a quarta parte e o das crianças muito inferior. “[...] A luta por melhores condições de trabalho, na Europa como na América, foi árdua, e novos direitos foram sendo aos poucos conquistados e acrescentados à legislação social e trabalhista em diversos países” (QUITANEIRO, 2009, p. 11), porém, esse processo ocorreu através de conflitos.

Toda essa crueldade e sofrimento dos trabalhadores e dos pobres geraram muitas divergências e lutas sociais. Os Estados da época tiveram que criar alguma proteção para essas pessoas. Os marcos dessas leis foram a Constituição de Weimar, de 1919, e o Tratado de Versalhes, também de 1919, que se constituíram nos primeiros direitos sociais. Ambos determinam as responsabilidades positivas do Estado em garantir algumas condições sociais de proteção e de desenvolvimento.

Já no século XX, surge a necessidade da criação de direitos e garantias coletivas para as sociedades como um todo, não apenas para os indivíduos. Eles dizem respeito às preocupações com o futuro da humanidade, em função das ameaças surgidas pelos avanços tecnológicos, pelos impactos negativos da globalização econômica sobre os países mais fracos, e pelas ameaças ao meio ambiente.

Esses direitos de “Terceira Geração” são bem amplos. Eles incluem os direitos relacionados ao meio ambiente não poluído e saudável, à proteção dos consumidores contra os abusos das empresas e à garantia da paz mundial.

Os direitos humanos de “Quarta Geração” dizem respeito ao biodireito e à bioética. Eles ainda estão conceitualmente em construção. Guardam referência aos avanços tecnológicos (biotecnologia e bioengenharia) que ameaçam a proteção do patrimônio genético das pessoas e da natureza enquanto um patrimônio da humanidade não passível de tornar-se propriedade privada, ou seja, mercadoria.

Relacionam-se ainda ao direito humano à comunicação, que diz respeito ao direito à informação e ao conhecimento, bem como aos recursos de sua difusão.

Por último, temos os direitos humanos de “Quinta Geração”. Também em construção conceitual eles referem-se às necessidades de atenção quanto à realidade virtual e da preocupação do sistema jurídico com os fluxos de informação e de poder gerados ou otimizados pela Internet (informática e cibernética), que permitiu o rompimento das barreiras físicas de muitos processos. Podemos citar como exemplos o livre fluxo de capitais.

A Constituição Federal de 1988: uma Constituição cidadã

Conforme o ministro Celso de Mello (2008), desde a independência, o Brasil já teve sete constituições: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988. Alguns consideram como uma oitava constituição a Emenda nº. 1, outorgada pela junta militar, à Constituição Federal de 1967, que teria sido a Constituição de 1969. No entanto, a história oficial considera apenas sete.

A Constituição de 1988 foi resultado de uma intensa participação popular, sendo elaborada no momento em que o Brasil fazia uma saída negociada de um período de Ditadura Militar. Por isso, era a afirmação de que o Brasil era agora uma democracia e de que os ideais da justiça, da igualdade, da liberdade e da solidariedade, seriam os fundamentos dessa nova democracia.

Já em seu Preâmbulo, a nossa Constituição cidadã (1988) explicita sua posição política e ideológica com a promoção e defesa da dignidade da pessoa humana e da cidadania assumindo claro compromisso com a instituição dos direitos humanos e fundamentais:



Importante

Preâmbulo

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (BRASIL, 1988, s. p.).

Alguns aspectos relevantes da concepção fundada nos direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988, s. p.):

- Proclama, em seu artigo 1º, como direitos fundamentais e um dos princípios básicos da República, a cidadania e a dignidade da pessoa humana:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I – A soberania; II – A cidadania; III – A dignidade da pessoa humana; IV – Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – O pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (BRASIL, 1988, s. p.).

- Define objetivos e responsabilidades para o Estado brasileiro, ou seja, “as prestações positivas que venham a concretizar a democracia econômica, social, e cultural, a fim de efetivar na prática a dignidade da pessoa humana” (SILVA, 1989, apud MOURA, 2005, p. 26).

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – Garantir o desenvolvimento nacional; III – Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

- Estabelece o primado dos direitos fundamentais, colocando-os entre os primeiros artigos e outorgando-lhes o status de **cláusulas pétreas**;
- Contém a regra da imediata aplicabilidade dos direitos fundamentais (§1º do Art. 5º);
- Possui fundamentos interpretativos que consideram como valores máximos a dignidade da pessoa humana, a liberdade e a justiça (valores substantivos);
- Confere valor jurídico de norma constitucional (Emenda 45, de 2004) a todos os direitos garantidos em tratados internacionais de que o Brasil seja parte;
- Tem o princípio da dignidade da pessoa humana como valor essencial para o exercício da cidadania e orientador máximo de todo o texto constitucional e todas as demais normas do país, reconhecendo essa dignidade como pertencente a todos os membros da família humana, e que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (BRASIL, 1988, s. p.).



Cláusulas pétreas são as cláusulas fundamentais sobre as quais as outras se edificam. Elas são os alicerces das outras leis e são as mais importantes.



Atividade 02

Assista ao documentário “A Constituição da cidadania”, que conta a história da criação da Constituição de 1988. Acesse ao link: <<https://www.youtube.com/watch?v=Nc-1GIZD1t0>>. Em seguida disponibilize suas conclusões no Fórum estimulando um debate sobre o assunto.

O que é cidadania?

A evolução das relações sociais diz respeito ao modo como as pessoas compartilham os recursos naturais e os bens sociais (recursos tecnológicos e riqueza produzida) que são gerados com a evolução e progresso humano. Os benefícios e oportunidades gerados por esse progresso devem ficar acessíveis para todas as pessoas.

Conforme assinala Bobbio (apud MOURA, 2005, p. 20), ao comentar o processo de evolução dos direitos humanos, “o elenco dos direitos do homem se modificou, e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses das classes no poder, dos meios disponíveis para realização dos mesmos, das transformações técnicas etc. Direitos que foram declarados absolutos no final do século XVIII foram submetidos a radicais limitações nas declarações contemporâneas; direitos que as declarações do século XVII nem sequer mencionavam, como os direitos sociais, são agora proclamados com grande ostentação nas recentes declarações”.



Importante

Ser cidadão ou cidadã é agir orientado por esses princípios, de forma fraterna, pluralista e sem preconceitos, respeitando as diferenças e promovendo a harmonia social, em todas as dimensões de nossa vida, inclusive na vida profissional.

Observamos como aconteceu a evolução dos direitos humanos e da cidadania, uma construção social de mais de 300 anos. Não é estático o processo de conquista de direitos e de normas que os façam valer como direitos fundamentais, mas é o resultado de uma evolução das relações sociais, ou seja, é um processo histórico, social, econômico e político.

Além disso, aprendemos como toda essa construção da humanidade se concretizou na nossa Constituição. Este é um primeiro passo para que, conhecendo essa história, você possa agir como um cidadão, consciente dos seus direitos e das suas responsabilidades para o fortalecimento de nossa democracia, para a promoção da dignidade humana de todas as pessoas, da justiça e da paz.

Hoje, ao nascer um ser humano, ele já possui direitos. Direitos que são constitucionais, ou seja, devem ser cumpridos em todos os lugares do nosso país. Todas as pessoas, do

Presidente da República ao cortador de cana, têm seus direitos garantidos por lei. Entretanto, algumas vezes esses direitos são desrespeitados, infelizmente.

O exercício desses direitos e o respeito à extensão dos direitos dos outros é o que chamamos de cidadania. Para o exercício da mesma, todavia, é necessário educar-se, conhecer, refletir sobre toda a realidade a nossa volta. Nada é mais importante do que a “pessoa humana”. E, o direito a dignidade é resguardado, como vimos, na Constituição de 1988. A ausência de reflexão e a tomada de atitudes “com as próprias mãos”, por exemplo, não são, finalmente, atitudes cidadãs.

Resumo

Durante esta competência, observamos que os direitos humanos foram organizados em várias gerações. A primeira diz respeito aos direitos individuais mais básicos, como o direito de ir e vir, e passaram a ser debatidos com a passagem do Feudalismo para o Capitalismo Mercantil. Na segunda geração, durante a Revolução Industrial, a mão de obra (ou seja, os trabalhadores) vivia em condições desumanas e trabalhavam até 18 horas por dia. A busca pela igualdade de direitos levou a diminuição da jornada de trabalho e a melhoria das condições de trabalho. Já a terceira geração dos direitos humanos ocorre no Séc. XX, quando o futuro da humanidade e da exploração da natureza passa a ser protagonista. Existem também, em fase de constituição, mais duas gerações – a quarta e a quinta –, que dizem respeito à bioética e ao biodireito, como também aos direitos humanos na Internet, todos ainda estão em fase de implantação. Além disso, compreendemos que a outorgação da Constituição de 1988 garantiu os direitos humanos universais a todos os brasileiros e pode ser considerado o maior passo do nosso país na direção ao exercício pleno da cidadania.

Autoavaliação

1. Quais são as características dos direitos humanos?
 - a) Inviolável, intemporal e universal;
 - b) Violência, humilhação e dominação;
 - c) Desnutrição, desobediência e desrespeito;
 - d) Universal, coletivo e estrangeiro.

2. Sobre a Constituição de 1988, é correto afirmar que:

- a) Ela foi a primeira constituição do Brasil;
- b) Ela é válida no mundo inteiro;
- c) Ela é uma cópia da carta dos direitos humanos;
- d) Ela é conhecida também como “Constituição cidadã”.

3. Sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é incorreto afirmar:

- a) Ela foi criada na Europa;
- b) Ela é adotada em vários países não europeus;
- c) Ela foi criada para proteger os nazistas, facistas e stalinistas;
- d) Ela foi criada após a 2ª Guerra Mundial.

4. O que são direitos humanos de primeira geração?

- a) São os direitos mais importantes;
- b) São os direitos das crianças e dos adolescentes;
- c) São os direitos que surgiram no período da Revolução Industrial;
- d) São direitos humanos individuais básicos, como o direito de ir e vir.

5. Os direitos humanos de segunda geração foram criados para mitigar as condições de trabalho durante a chamada...

- a) Revolução Burguesa;
- b) Revolução Industrial;
- c) Revolução dos Bichos;
- d) Revolução Francesa.

Referências

A CORPORAÇÃO. Direção: Mark Achbar, Jennifer Abbott. Canadá, 2003. Nome Original: The Corporation. Gênero: Documentário (145 min.), Son., Color. Baseado em um livro homônimo de Joel Bakan. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ZxOf_8FKMrY>. Acesso em: 08 jun. 2014.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ABRANTES, Talita. Google é a melhor empresa para trabalhar no Brasil em 2013. **Revista Exame**, São Paulo, 09 set. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/carreira/noticias/google-e-a-melhor-empresa-para-trabalhar-em-2013>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

AGUIAR, Emerson Barros de. **Ética**: instrumento de paz e justiça. Natal: Tessitura, 2003.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicomaco**. Tradução Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. Nova Cultural: São Paulo, 1991. (Coleção Os Pensadores).

BAPTISTA, Isabel. **Ética, de ontologia e avaliação do desempenho docente**. Lisboa, 2011. (Coleção Cadernos do CCAP, n. 3). Disponível em: <http://www.ccap.min-edu.pt/docs/Caderno_CCAP_3-Etica.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2014.

BOFF, Leonardo. **Ethos Mundial**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. **Senado Federal**, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2014.

_____. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. **Presidência da República**, Brasília, DF, 23. abr. 2014. Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 11 jul. 2014.

BUENO, Karina. Qual a diferença entre pessoa física e jurídica? **Rev. Mundo Estranho**, [S. l.], 129. ed. Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/qual-a-diferenca-entre-pessoa-fisica-e-juridica>>. Acesso em 08 jun. 2014.

CONSULTOR Jurídico. **Ministro do STF conta história das Constituições do país.** [S. l.], 05 out. 2008. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/118122/ministro-do-supremo-counta-historia-das-constituicoes-do-pais>>. Acesso em: 01 jun. 2009.

CORTINA, Adela; MARTINEZ, Emílio. **Ética.** São Paulo: Ed. Loyola, 2005. Tradução de Silvana C. Leite. Disponível em: <http://www.projeto.unisinos.br/humanismo/etica/etica_adela_cortina.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2014.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Exploração do trabalho no capitalismo contemporâneo e desigualdade.** IPEA: Brasília, jun. 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1100.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2014.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Ética:** palestra proferida para Fundação Abrinq. 2003. [S. l.]. Disponível em: <<http://ebookbrowse.net/etica-dalmo-de-abreu-dallari-pdf-d49062096>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

GOMES, Cristiana. **Revolução Industrial.** [S. l.]: c2006. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/revolucao-industrial/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

HOBISBAWM, Eric. **Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. 28. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

INSTITUTO ETHOS. **Missão Instituto ETHOS.** [S. l.]. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/missao/#.U5DDLnJT65w>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes.** Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2004.

MOURA, Adriana Galvão. **Constituição e Construção da cidadania.** In: DANALLI, A. (Org.). *Constituição e construção da cidadania.* Leme: Mizuno, 2005. p. 17-35.

NODARI, Paulo Cesar. A Ética aristotélica. **Síntese Nova Fase,** Belo Horizonte, v. 24, n. 78, p. 383-410, 1997.

OLIVEIRA, Rafael Eufrásio. **Banco de imagens e ilustrações ITB.** Natal: ITB, 2014. Somente il.

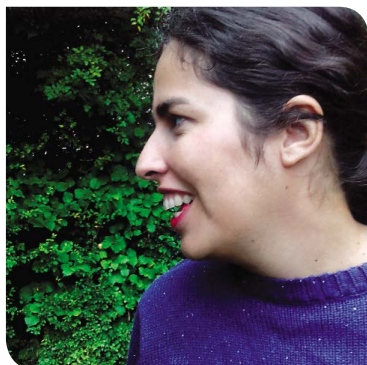
PORTAL BRASIL. Evolução das relações trabalhistas. [S. l.], 26 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/04/evolucao-das-relacoes-trabalhistas>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

QUITANEIRO, Tania, et. al. **Um toque de clássicos:** Marx, Durkheim e Weber. 2. ed., revis. e atual. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. (Coleção Aprender).

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito empresarial esquematizado.** Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.

SILVA, Gustavo Pereira da; COSTA, Armando Dalla. Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Co. (1867-1921): nascimento e expansão de uma grande empresa moderna. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 23, p. 77-105, 2008.

Conheça o autor



Maíra Moraes Cardoso Leal

Sou carioca radicada em Natal/RN desde a infância. Fiz minha Graduação em Filosofia (Licenciatura) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2007) e, posteriormente, me dediquei às Ciências Sociais no Mestrado na mesma Universidade (2013); na ocasião, defendi uma dissertação sobre a produção de filmes pelos Pontos de Cultura da Cidade do Natal. Vivenciei em vários níveis de ensino, a experiência do magistério, desde o fundamental até o ensino superior. De forma singular, destaco a experiência vivenciada em formação popular, na gestão do Projeto Ponto de Cultura Sons da Vila (2006-2010). Atualmente, desenvolvo atividades na educação superior como docente nos temas ligados a teoria da informação, sociologia da cultura e indústria cultural. Concomitantemente, mantenho-me vinculada a base de pesquisa e investigação sobre a indústria cultural.



Rita de Cássia de Andrade Silva

Graduei-me em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo em 1998 e fiz mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Sou docente do Curso de Direito da Faculdade de Natal (FAL), ministrando disciplinas de Ciência Política e Sociologia Geral e Jurídica, tendo atuado como orientadora de trabalhos de conclusão de curso. Sou servidora pública do estado do Rio Grande do Norte, atuando com políticas públicas de desenvolvimento rural. Atuei de 1997 até o momento atual em diversos projetos sociais de promoção da cidadania em áreas como saúde, educação, cultura e juventude. Atualmente faço parte da Base de Pesquisa Poder Local, Desenvolvimento e Políticas Públicas, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Experiência com planejamento e avaliação (facilitação de processos participativos de planejamento e avaliação), realizando consultorias para organizações da sociedade civil e em elaboração de projetos.

ISBN 978-85-68100-19-6



9 788568 100196

itb INSTITUTO
TECNOLÓGICO
BRASILEIRO